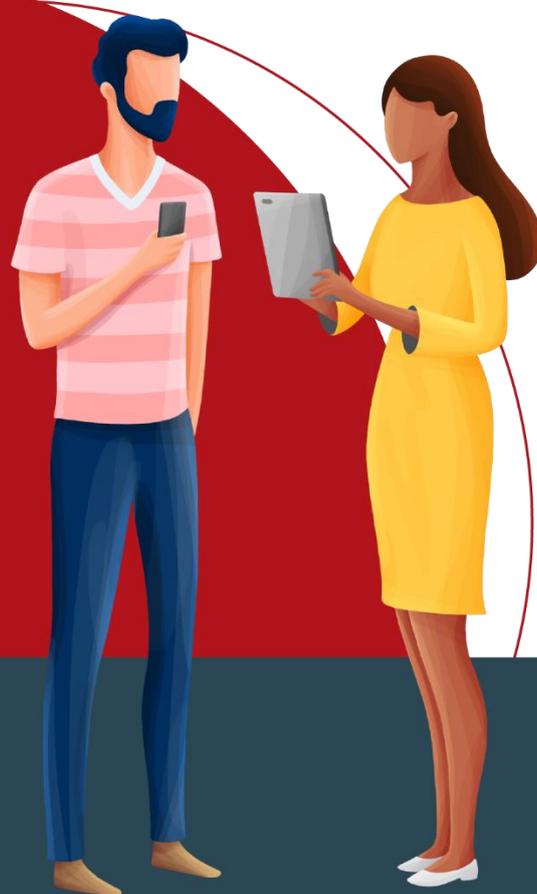


CartaPrev

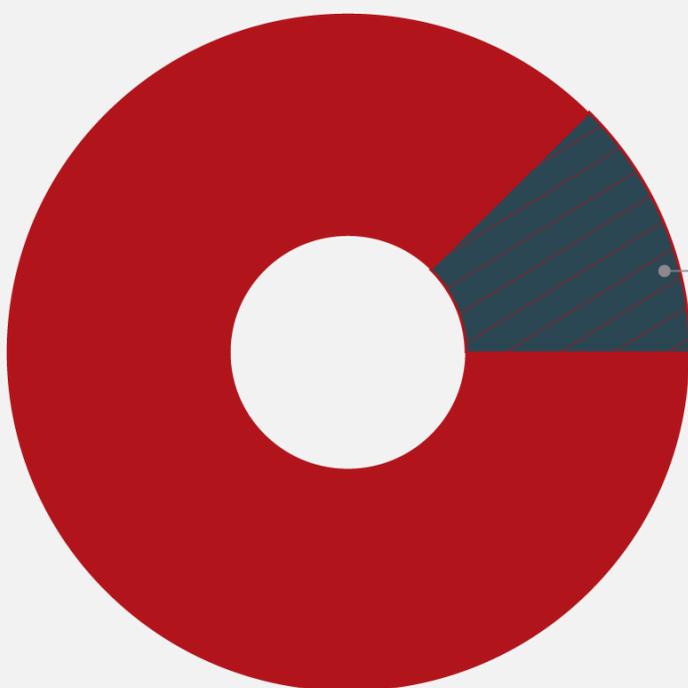
Relatório Anual de Informações

2021





Aproveite **12%**
do Benefício
Fiscal e ganhe de
três maneiras
diferentes.



12%

Primeiro,

porque esse dinheiro é inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.

segundo,

porque com uma base de cálculo menor, você tem menos imposto a pagar.

e terceiro,

porque o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.

Para conhecer melhor esse benefício, ligue:

4002 0606 Capitais e regiões metropolitanas

0800 284 0606 Demais locais

The page features a large red circle in the upper left and a large dark blue circle in the lower right, overlapping each other. The text is positioned within the red circle.

Relatório do Plano de Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev

Índice

- 5 MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES
- 6 ADMINISTRAÇÃO DO CARTAPREV
- 7 PANORAMA ECONÔMICO ANUAL 2021

Resultados da Entidade em 2021

- 16 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ENTIDADE

Resultados do Relatório do Plano de Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev em 2021

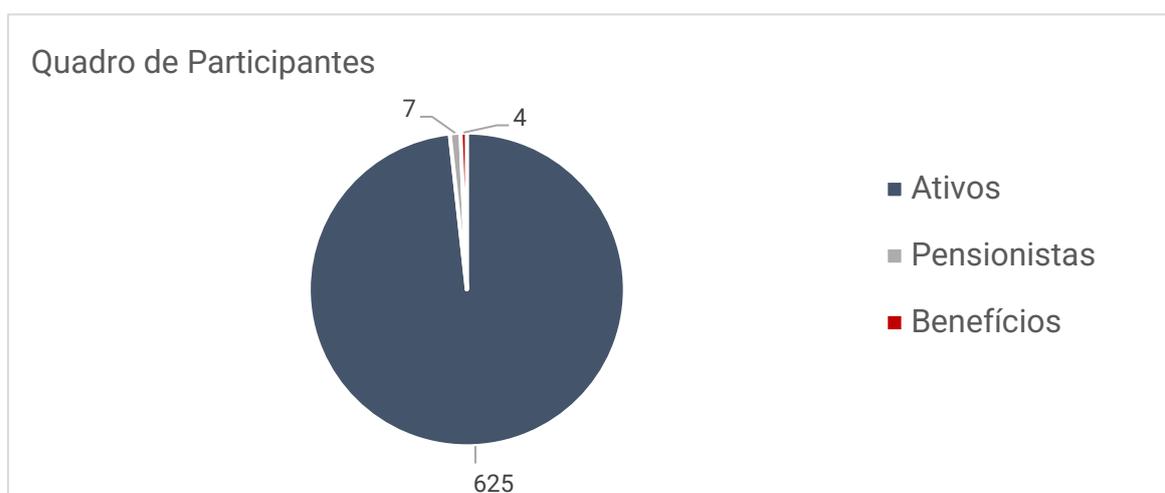
- 21 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO
- 23 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
- 24 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 26 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DOS INVESTIMENTOS
- 29 SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
- 30 GLOSSÁRIO

Mensagem da Diretoria

Prezado Participante,

A Diretoria Executiva do Plano de Previdência dos Cartórios - CartaPrev, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) suas atividades durante o ano de 2021.

A Entidade encerrou o exercício de 2021 com patrimônio de R\$ 29.784.187,62 e com 625 participantes ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no participante.



Total de participante posicionado em dezembro/2021: 636

O RAI tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade e ao seu Plano de Benefícios. Com o envio do documento, o CartaPrev mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa leitura!

Administração do CARTAPREV

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente - Luiz Carlos Weizenmann
Diretor Financeiro - Eduardo Calais Pereira
Diretora Administrativo e de Benefícios- Daisy Ehrhart

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros Titulares

Presidente - Walquiria Mara Graciano M. Rabelo
Conselheiro - José Flavio Bueno Fischer
Conselheiro - João Figueiredo Ferreira
Conselheiro - Rogério Portugal Barcellar
Conselheiro - William Sanches Campagnome

Membros Suplentes

Conselheiro - Emanuelle Fontes Ourives Perrota
Conselheiro - Carlos Casses Presser
Conselheiro - Fábio Lourenço de Lima

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares

Presidente - Danilo Kunzler
Vice-Presidente - Ivanildo de Figueiredo A. de Oliveira Filho
Conselheiro - Otavio Guilherme Margarida

Membros Suplentes

Conselheiro – André Ribeiro da Rosa
Conselheiro – Wilson Klein

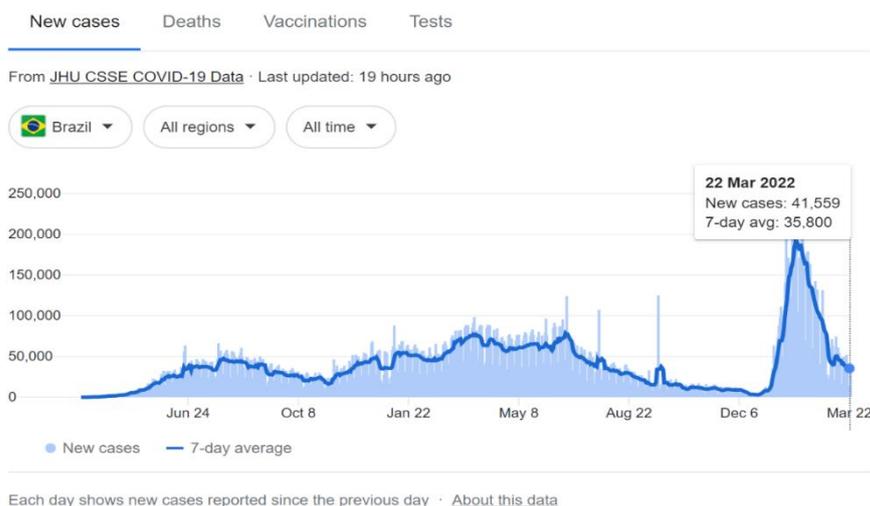
Panorama Econômico Anual 2021

O ano de 2021 terminou para o Brasil bem melhor do que começou. Depois de uma segunda onda de COVID-19 no início de 2021, o avanço da vacinação foi melhorando as perspectivas de recuperação do Brasil e da economia global. Mas, o aprofundamento da fragilidade fiscal do País ao longo do primeiro semestre, aliado à enorme incerteza política do desfecho das eleições de 2022, provocou uma significativa desvalorização cambial que, junto com o aumento do preço das commodities em Dólar, impulsionaram os índices de inflação. Tudo em conjunto contribuiu para o aumento da inflação, para a diminuição da confiança dos empresários industriais e para a desaceleração da recuperação da atividade econômica, que era bastante vigorosa até o primeiro semestre do ano.

Embora a pandemia do COVID-19 tenha causado a maior recessão mundial desde a Grande Depressão de 1929, ela acabou se mostrando bem menos grave do que inicialmente esperado, tanto no caso da economia mundial, quanto no caso do Brasil. Não só o PIB caiu menos do que se esperava no ápice da incerteza no segundo trimestre de 2020, como que a recuperação da atividade econômica em formato de V foi muito rápida e robusta ao redor do mundo. No caso do Brasil, a queda do PIB foi menor do que esperado em 2020: -3,88%, de acordo aos números revisados pelo IBGE em março deste ano. No auge da incerteza, havia uma expectativa de queda do PIB de mais de 8% para o ano de 2020. A rápida recuperação da economia brasileira não foi diferente à dos países avançados. No final de 2021 e início de 2022, a variante Ômicron do COVID-19, que surgiu na África do Sul, voltou a assustar. Se mostrou extremamente contagiosa, mas com uma boa percentagem da população vacinada, o resultado foi bem menos letal que nas variantes anteriores. A população brasileira em geral não se recusou a se vacinar e a significativa redução de mortes mostra os bons resultados. Vejam embaixo os dados da

Universidade John Hopkins para o Brasil. É interessante notar que o número de contagiados é imenso na terceira onda da Ômicron, no início de 2022, mas o número de mortes, proporcionalmente, é muito menor.

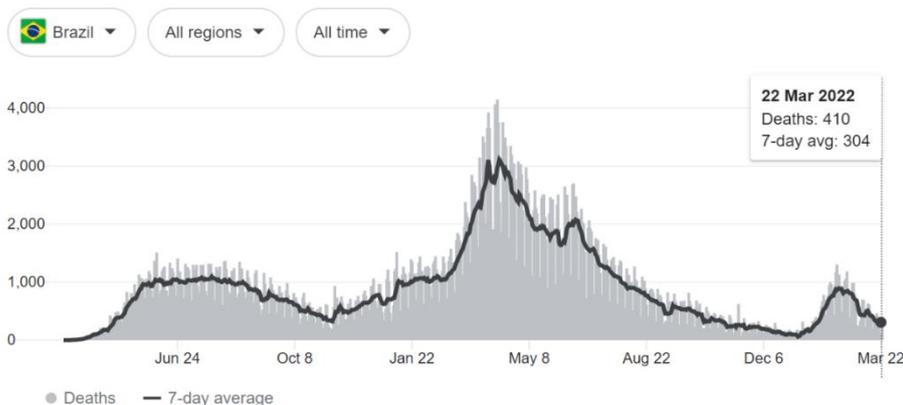
Statistics



Statistics

New cases Deaths Vaccinations Tests

From JHU CSSE COVID-19 Data · Last updated: 20 hours ago



Each day shows deaths reported since the previous day · [About this data](#)

Mas, mesmo com os dados da COVID-19 tendo melhorado muito, a questão da incerteza política, fiscal e a alta da inflação dominou e provocou uma perspectiva pior de crescimento para 2022.

Ou seja, a redução das perspectivas de crescimento do Brasil, comparadas às projeções das economias avançadas e da própria economia mundial, segundo o Fundo Monetário Internacional, não estão associadas à uma evolução negativa da doença no Brasil, como enfatizamos acima. O Brasil criou os seus próprios problemas com a negação de pagar os precatórios de dívida líquida e certa na data marcada, com o combate tardio à inflação, com a quebra do teto de gastos públicos com uma nova regra improvisada e, por último mas não menos importante, com o ambiente incerto do desfecho eleitoral de 2022. Por que a incerteza das eleições? Porque, naturalmente, os agentes econômicos se perguntam se o resultado das eleições presidenciais poderá provocar uma mudança radical da política econômica em direção a um governo populista e pouco inclinado a melhorar as contas públicas, a reduzir a inflação e a continuar no caminho de reformas estruturais, tão necessárias para reintroduzir o Brasil na rota dos investimentos internacionais e na liderança das economias emergentes.

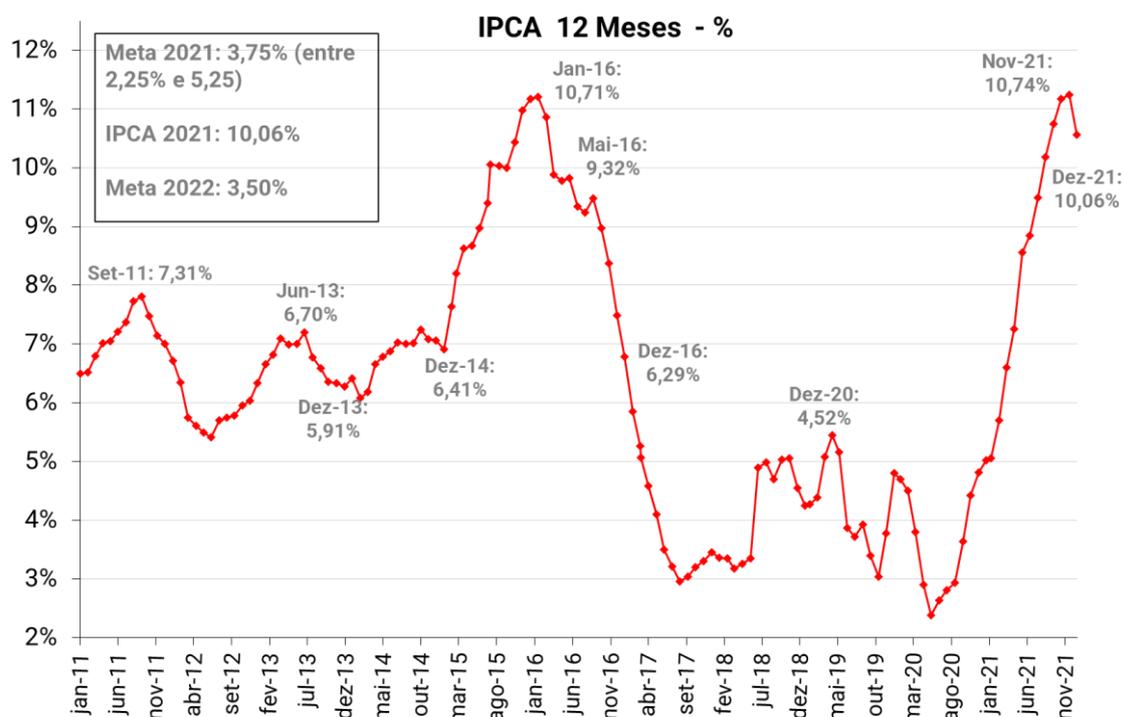
É interessante mostrar a mediana do consenso de mercado do Banco Central no começo de 2021 para o que seria o resultado das principais variáveis macroeconômicas no final de 2021, comparado ao resultado fechado de 2020 e aos dados de fato do ano fechado de 2021. As mudanças em 12 meses entre o consenso e o resultado propriamente dito foram significativas ao longo do ano. Também aproveitamos para colocar o consenso de mercado recente, para o fim de 2022, em 18 de março deste ano, que também traz uma mudança significativa em relação às expectativas de final de 2021. Estas mudanças refletem o ambiente de alta volatilidade e incertezas que o Brasil enfrenta na construção de cenários.

PROJEÇÕES FOCUS DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS

2022 Mediana	IPCA	IGP-M	Câmbio	Selic Fim	PIB	Res Primário
Fechamento 2020	4,52	23,14	5,20	2,00	-3,88	-9,48% PIB
Consenso 2021 (31/12/20)	3,32	4,58	5,00	3,00	3,40	-3,00 % PIB
Fechamento 2021	10,06	17,78	5,58	9,25	4,62	+0,75% PIB
Consenso 2022 (31/12/21)	5,03	5,49	5,60	11,50	0,36	-1,05 % PIB
4 semanas antes	5,56	8,12	5,50	12,25	0,30	-0,88% PIB
1 semana antes	6,45	9,99	5,30	12,75	0,49	-0,70% PIB
18-03-22	6,59	10,50	5,30	13,00	0,50	-0,50% PIB

Fonte: Banco Central do Brasil

É impressionante observar a grande variância do IPCA (meta de inflação do Banco Central), que fechou 2020 com uma alta de 4,52%, cerca da meta central e depois descolou das metas. No final de dezembro de 2020, esperava-se que fechasse 2021 com uma alta de 3,32% e acabou fechando em dois dígitos, 10,06%, muito acima do teto da inflação estabelecido em 5,25% para o ano passado.



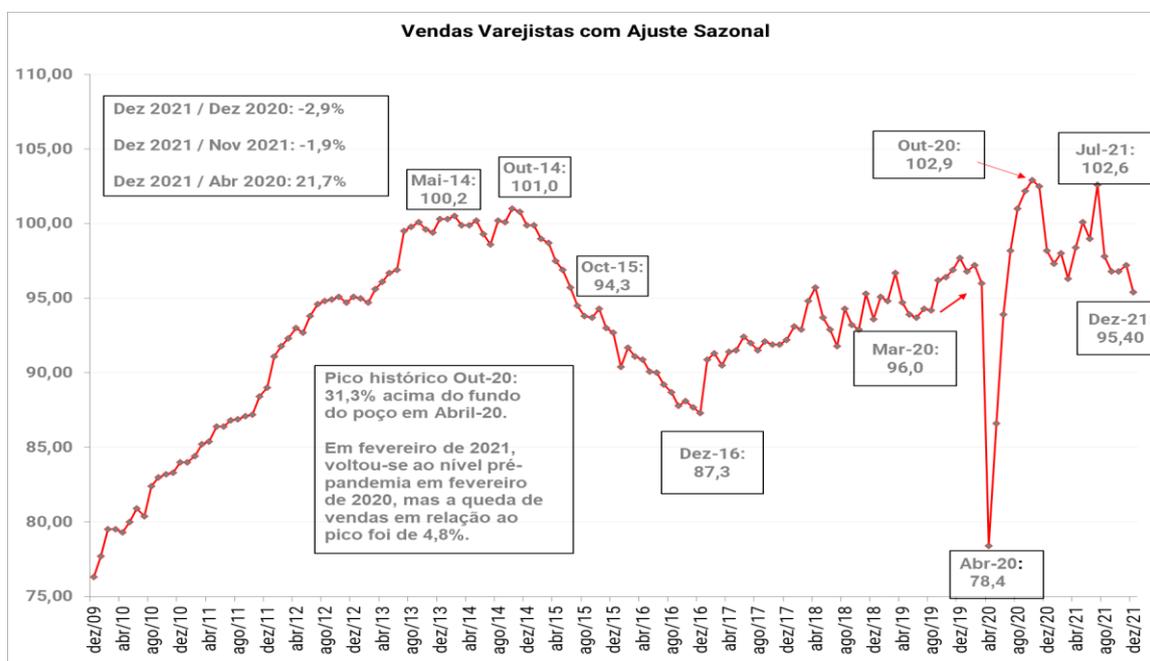
A inflação acabou ficando muito em linha com a taxa mais alta do governo da ex-Presidente Dilma Rousseff, que foi de 10,71% nos doze meses até janeiro de 2016. O fenômeno de inflação mais alta em 2021 foi mundial, mas no caso do

Brasil ultrapassou em muito a inflação da maioria dos países mais sérios na condução da política econômica. De fato, o Banco Central do Brasil demorou demais para agir na elevação da taxa de juros Selic para deixar bem claro que não toleraria desvios grandes da meta central de inflação, bem como das expectativas para os anos seguintes. Manteve a Selic em apenas 2% ao ano desde agosto de 2020 até março de 2021, quando já estava mais do que claro que a inflação tinha saído do controle.

Esta inflação mais alta corroeu o poder de compra da renda e provocou uma queda das vendas do varejo e assim contribuiu também para a desaceleração da produção industrial. No caso da queda da produção industrial, devemos destacar que houve também uma falta de alguns insumos na cadeia produtiva mundial e isto teve um papel muito importante para frear o desempenho da produção, aqui e em outros países. Esta disrupção nas cadeias de suprimento mundiais ainda está longe de ser resolvida. E, com a guerra entre Rússia e Ucrânia, piorou mais ainda esta situação. Parece haver pouca dúvida de que independentemente do eventual encerramento deste conflito, a expectativa de crescimento da economia mundial em 2022, arrefeceu. Não que haverá recessão, mas o ritmo de crescimento será menor.

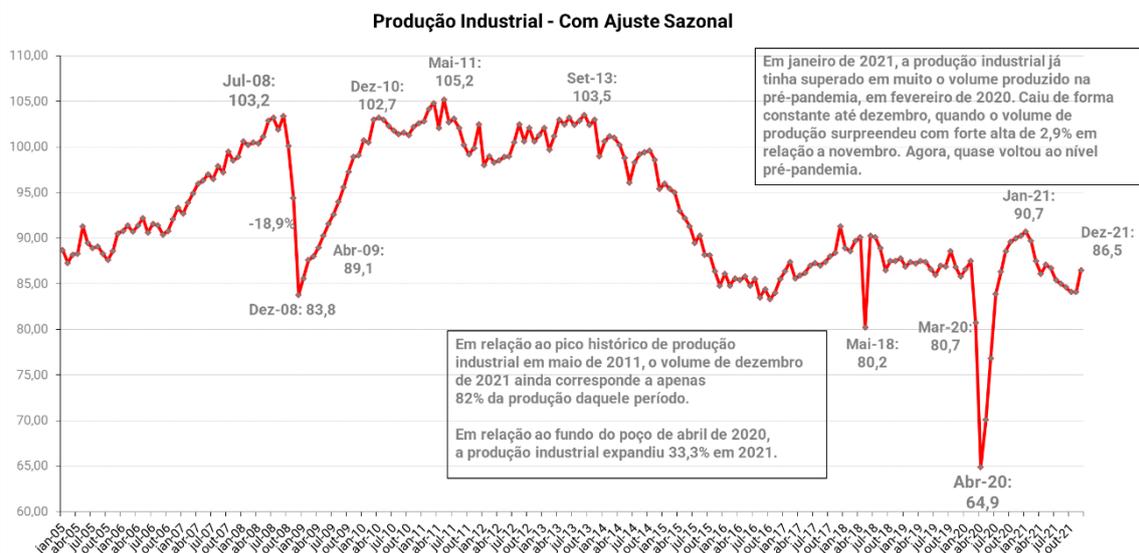
O IGP-M, que tinha fechado em 23,14% em 2020, terminou mais baixo em 2021, mas ainda assim alcançou dois dígitos altos de 17,78%. Ainda sob influência de preços de commodities em dólares mais altos e da desvalorização do Real, que ocorreu em 2021. Vejam no quadro acima, que o câmbio estimado, no início de 2021, para o final do ano era de R\$ 5,00 por Dólar e acabou fechando em R\$ 5,58.

Vejam a evolução das vendas do varejo e da produção industrial, pesquisados pelo IBGE.



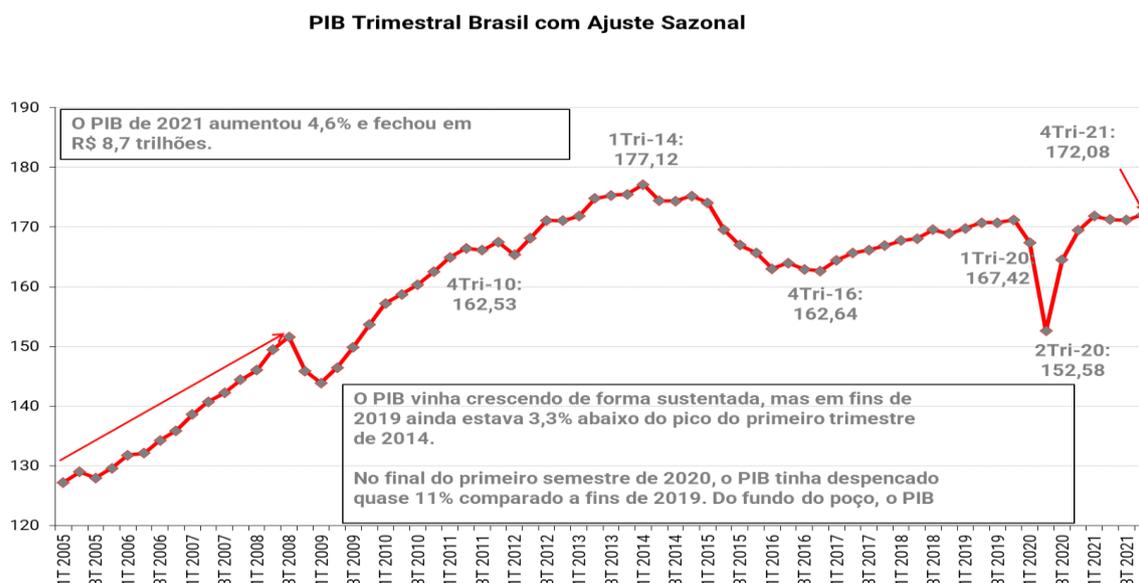
O gráfico de vendas varejistas dessazonalizadas é auto-explicativo. Em fevereiro de 2021 voltou-se ao nível pré-pandemia, mas a queda de vendas em relação ao pico de outubro de 2020 tinha sido de 4,8%. As vendas varejistas tiveram algum fôlego adicional com o auxílio emergencial, mas foram afetadas negativamente

depois com o surto inflacionário que corroeu o poder de compra da renda. Em dezembro de 2021, o volume de vendas varejistas já ficou abaixo do mês pré-pandemia, fevereiro de 2020. É importante esclarecer que as vendas varejistas pesquisadas pelo IBGE incluem vendas on-line (E-Commerce), que se expandiram significativamente com o isolamento social imposto pelo COVID-19. A queda da renda real por inflação em aceleração significativa explica o desempenho, pois de fato o desemprego caiu de forma consistente.



O gráfico de volume mensal de produção industrial dessazonalizada do IBGE, mostra uma recuperação em V também desde o fundo do poço de abril de 2020 até janeiro de 2021. A partir daquele ponto houve quase uma queda constante de produção, relacionada à falta de alguns insumos básicos, bem como a uma queda da demanda de produtos industriais (e outros) pela perda de poder de compra dos consumidores com a aceleração da inflação.

Por fim, em relação ao nível de atividade econômica, gostaríamos de mostrar os últimos dados do PIB brasileiro (o total do volume produzido pela indústria, a agropecuária e os serviços).



Assim como na indústria e no Comércio, o PIB refletiu essa mesma recuperação em V, tendo em vista que a agropecuária e outros serviços também se recuperaram do fundo do poço. Mas depois dessa recuperação, o PIB ficou bastante estagnado, como mostra a cauda do gráfico acima do PIB trimestral com ajuste sazonal. Não houve uma continuidade de crescimento consistente. Na série dessazonalizada, o PIB do quarto trimestre de 2021 foi apenas um pouco maior do que o final de 2020. De todo modo, como o PIB se calcula “média contra média”, o PIB de 2021 cresceu 4,6% em relação a 2020 e mais do que recuperou a fortíssima recessão do ano anterior.

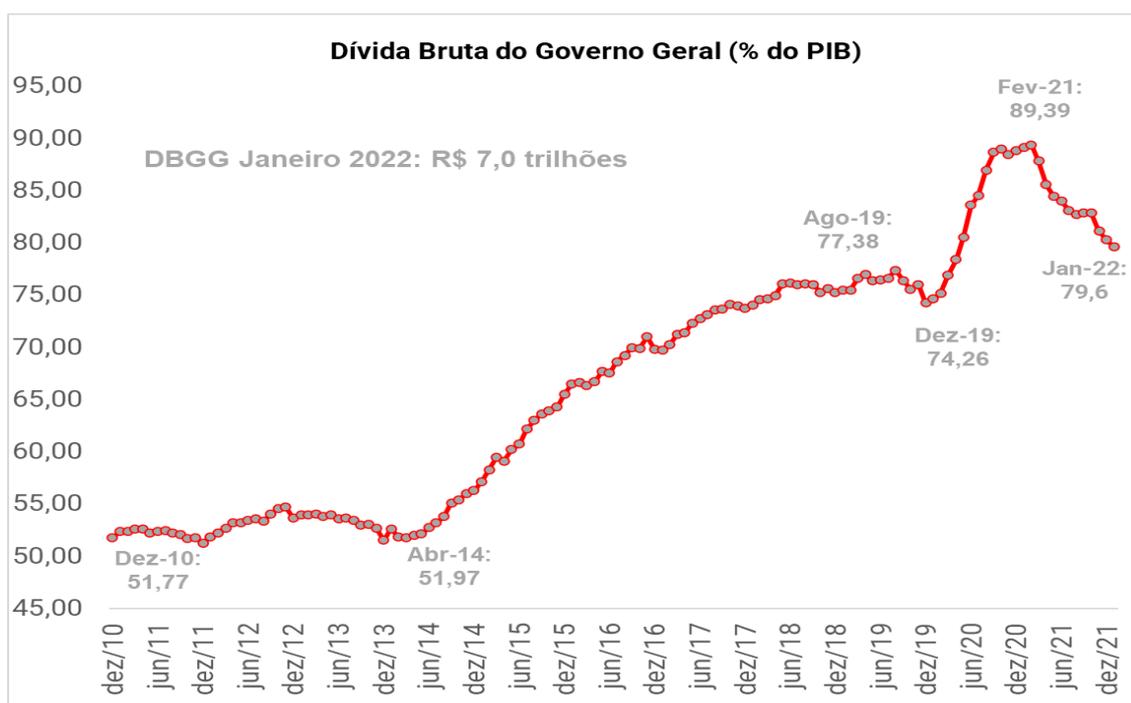
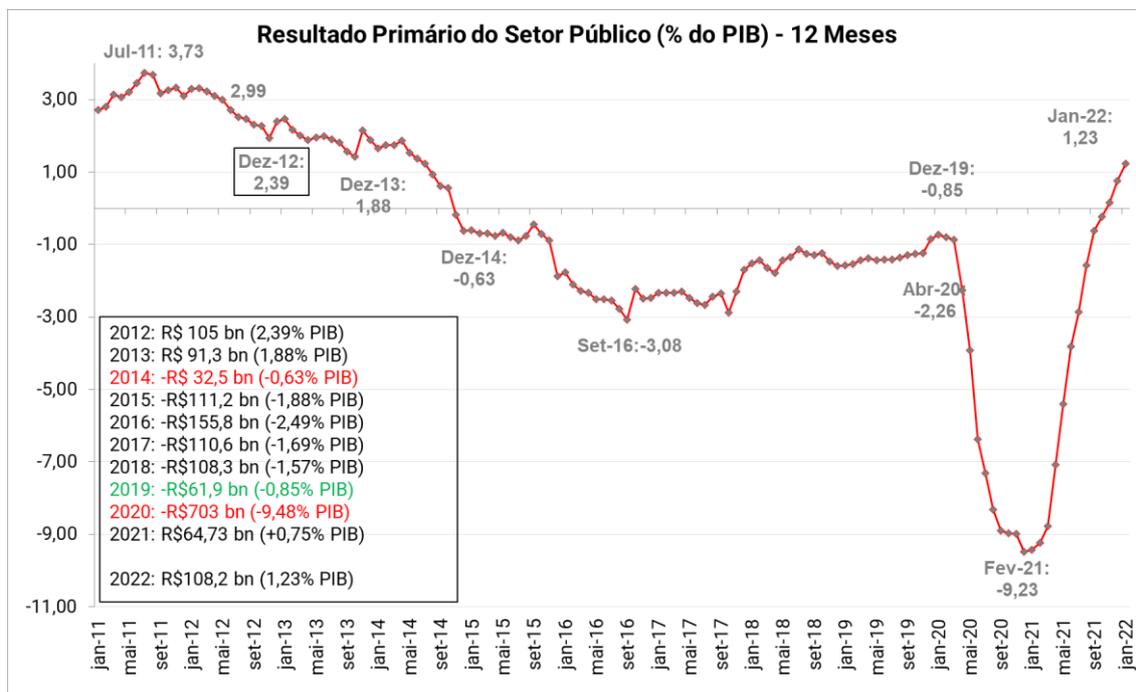
Taxa de desocupação para os trimestres móveis ao longo dos anos								
Trimestre móvel	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1°	nov-dez-jan	6,8	9,5	12,6	12,2	12,0	11,2	14,2
2°	dez-jan-fev	7,4	10,2	13,2	12,6	12,4	11,6	14,4
3°	jan-fev-mar	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7	12,2	14,7
4°	fev-mar-abr	8,0	11,2	13,6	12,9	12,5	12,6	14,7
5°	mar-abr-mai	8,1	11,2	13,3	12,7	12,3	12,9	14,6
6°	abr-mai-jun	8,3	11,3	13,0	12,4	12,0	13,3	14,1
7°	mai-jun-jul	8,6	11,6	12,8	12,3	11,8	13,8	13,7
8°	jun-jul-ago	8,7	11,8	12,6	12,1	11,8	14,4	13,1
9°	jul-ago-set	8,9	11,8	12,4	11,9	11,8	14,6	12,6
10°	ago-set-out	9,0	11,8	12,2	11,7	11,6	14,3	12,1
11°	set-out-nov	9,0	11,9	12,0	11,6	11,2	14,1	11,6
12°	out-nov-dez	9,0	12,0	11,8	11,6	11,0	13,9	11,1

É importante destacar que apesar de tantos dados medíocres de atividade, em tempos recentes, a taxa de desemprego não para de cair e isto deve ser comemorado. Hoje tem muito menos desempregados que em meados de 2020. Este dado do IBGE inclui todas as pessoas ocupadas (com carteira assinada, sem carteira, funcionário público, conta própria, pró-labore, etc). Mesmo com boa evolução, ainda eram 12 milhões de desempregados no trimestre móvel acabado em dezembro de 2021.

Por fim, gostaríamos de destacar que o que é mais tranquilizador, apesar de tamanha incerteza fiscal e política, é que pela primeira vez na história, o País contará com um Banco Central independente por emenda constitucional, com mandato de Presidente e Diretores não coincidentes com a eleição do Presidente da República. Isto é, Autoridades Monetárias alheias ao ciclo eleitoral. Não é pouca coisa para dar credibilidade à condução da política econômica.

Em termos de contas fiscais, o ano de 2021 foi especialmente benigno. Não por um corte estrutural significativo de gastos, mas porque a grande alta da inflação teve um papel fundamental de aumentar muito a arrecadação tributária nominal, enquanto os gastos estavam determinados por um orçamento aprovado antes da aceleração brutal da inflação. Assim, depois de 7 anos em que o Brasil produziu déficits primários nas contas públicas (receitas menos gastos, exceto juros da dívida), pela primeira vez registraram-se superávits primários em doze meses desde novembro de 2021. E o ano de 2021 fechou com superávit primário de 0,75% do PIB (R\$64,73 bn) e dívida pública em forte queda, registrando 80,3% do PIB, tendo alcançado o patamar de 89,39% em fevereiro de 2021. Nem que

seja pelo caminho torto da inflação bem mais alta do que a esperada, as contas fiscais se apresentam melhores, ajudando nas dificuldades de um ano eleitoral nada tranquilo.



Muitos analistas estão projetando que o crescimento do PIB de 2022 poderá ser muito perto de zero. Esta não é a nossa projeção, embora o PIB do Brasil em 2022 deva crescer bem menos do que a última projeção de crescimento do PIB mundial, divulgada pelo FMI em outubro (4,9%). A nossa projeção atual é de crescimento de cerca de 1%. Não é muito, mas manterá o PIB per capita um pouquinho maior que em 2021. E, com a atuação firme do Banco Central independente, projetamos que a Selic termine em cerca de 13% em 2022 para

que o IPCA caia para menos de 7% ou um pouquinho menos em 2022 e volte para perto da meta de 3,25% em 2023.

Sem dúvidas, 2022 será um ano difícil para o Brasil, mas não podemos esquecer deste grande avanço institucional do Banco Central independente para o futuro do País, seja quem for que ganhe as eleições. É uma mensagem bastante positiva para o começo do ano eleitoral e os anos que virão. Além disso, o Brasil mais ou menos bem-comportado, pode muito bem atrair fluxos de capital para investir no País, especialmente desde que outro país emergente grande (a Rússia) parece estar, por enquanto, fora do jogo em consequência da guerra que provocou invadindo a Ucrânia.

Resultados da Entidade em 2021



Demonstração Contábeis da Entidade

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL		R\$ MIL		
ATIVO	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.21	31.12.20	
DISPONÍVEL	4	883	281	214%
REALIZÁVEL		29.387	30.406	-3%
Gestão Previdencial	6	6	3	100%
Gestão Administrativa	5	25	24	4%
Investimentos	6	29.356	30.379	-3%
Fundos de Investimentos		29.356	30.379	-3%
TOTAL DO ATIVO		30.270	30.687	-1%

BALANÇO PATRIMONIAL		R\$ MIL		
PASSIVO	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.21	31.12.20	
EXIGÍVEL OPERACIONAL		485	146	232%
Gestão Previdencial	7	456	123	271%
Gestão Administrativa	8	29	23	26%
PATRIMÔNIO SOCIAL	9	29.785	30.541	-2%
Patrimônio de Cobertura do Plano		29.169	29.899	-2%
Provisões Matemáticas		29.169	29.899	-2%
Benefícios Concedidos		1.704	1.434	19%
Benefícios a Conceder		27.465	28.465	-4%
Fundos		616	642	-4%
Fundos Administrativos		616	642	-4%
TOTAL DO PASSIVO		30.270	30.687	-1%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL					R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%	
		31.12.21	31.12.20 (Reclassificado)		
A) Patrimônio Social – Início do Exercício		30.541	33.406	-9%	
1. Adições		4.554	5.243	-13%	
Contribuições Previdenciais	10.1	4.256	3.606	18%	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	12.1	-	1.301	-100%	
Receitas Administrativas		298	309	-4%	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	12.2	-	27	-100%	
2. Deduções	10.2	(5.310)	(8.108)	-35%	
Benefícios		(548)	(572)	-4%	
Resgates		(2.526)	(2.555)	-1%	
Portabilidades		(224)	(2.663)	-92%	
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados		(1.409)	-	100%	
Outras Deduções		-	(1.509)	-100%	
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.1	(279)	-	100%	
Despesas Administrativas		(321)	(809)	-60%	
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	12.2	(3)	-	100%	
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)		(756)	(2.865)	-74%	
Provisões Matemáticas	10.3	(730)	(2.391)	-69%	
Fundos Administrativos	11	(27)	(474)	-94%	
B) Patrimônio Social no Final do Exercício (A+3)	9	29.785	30.541	-2%	

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		R\$ MIL		
	Nota	Exercício findo em		Δ%
		31.12.21	31.12.20 (Reclassificado)	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		642	1.116	-42%
1. Custeio da Gestão Administrativa		298	336	-11%
1.1. Receitas		298	336	-11%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		2	1	100%
Custeio Administrativo dos Investimentos		120	119	1%
Receitas Diretas		176	189	-7%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	12.2	-	27	-100%
2. Despesas Administrativas		(322)	(810)	-60%
2.1. Administração dos Planos Previdenciais		(308)	(267)	15%
Treinamentos/Congressos e Seminários		(15)	-	100%
Viagens e Estadias		-	(1)	-100%
Serviços de Terceiros		(245)	(216)	13%
Despesas Gerais		(31)	(30)	3%
Tributos		(17)	(20)	-15%
2.6. Outras Despesas		(14)	(543)	-97%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	12.2	(3)	-	100%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-5)		(27)	(474)	-94%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	11	(27)	(474)	-94%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	9	616	642	-4%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CONTEXTO OPERACIONAL

O CartaPrev - Fundo de Previdência dos Cartórios (anteriormente denominada CNBPrev – Fundo de Previdência dos Cartórios) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, inscrita sob o CNPJ nº 08.966.102/0001-78, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado instituído pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal.

A Entidade é regida por estatuto, pelo regulamento do plano de benefício de contribuição definida (CD) por ela operado e pela legislação em vigor.

O Plano de Previdência do Colégio Notarial do Brasil – Plano CartaPrev, inscrito sob o CNPB nº 2007.0014-38, em 31/12/2021, possui 625 participantes ativos (667 em 2020), com média de idade de 51 anos, 04 assistidos (04 em 2020), com 72 anos de idade e 07 pensionistas com média de idade de 50 anos (05 em 2020).

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da entidade CNBPREV - Fundo de Previdência, bem como o estatuto e o regulamento do Plano de Benefícios CartaPrev nos termos da portaria nº 1.095 de 15 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 93 de 16 de maio de 2007.

O CartaPrev tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes, e estabelecer acordos, contratos e convênios com Entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

São instituidores do Plano Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev, o Colégio Notarial do Brasil, a Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG-BR, a Associação dos Notários e Registradores do Estado do RJ – ANOREG-RJ, o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB, e o Sindicato dos Notários e Registradores de Minas Gerais – SINOREG/MG.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução BACEN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 e alterações posteriores, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Resultados do Plano em 2021



Demonstrações Contábeis do Plano

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO	
ATIVO	Exercício 2021 (R\$ Mil)
Ativo	30.240
Disponível	828
Contas a receber	6
Participação no Plano de Gestão Administrativa	616
Investimentos	28.791
PASSIVO	Exercício 2021 (R\$ Mil)
Passivo	30.240
Contas a Pagar	456
Compromissos com Participantes e Assistidos	29.169
Fundos	616

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS				R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em 31.12.21	31.12.20 (Reclassificado)	Δ%
A) Ativo Líquido - Início do exercício		29.899	32.290	-7%
1. Adições		4.258	4.908	-13%
Contribuições		4.258	3.607	18%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.1	-	1.301	-100%
2. Deduções	10.2	(4.988)	(7.300)	-32%
Benefícios		(548)	(572)	-4%
Resgates		(2.526)	(2.555)	-1%
Portabilidades		(224)	(2.663)	-92%
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados		(1.409)	-	100%
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.1	(279)	-	100%
Custeio Administrativo		(2)	(1)	100%
Outras Deduções		-	(1.509)	-100%
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)		(730)	(2.391)	-69%
Provisões Matemáticas	10.3	(730)	(2.391)	-69%
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	9	29.169	29.899	-2%
C) Fundos não Previdenciais		(616)	(474)	30%
Fundos Administrativos	9	(616)	(474)	30%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS					R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%	
		31.12.21	31.12.20		
1. Ativos		30.241	30.664	-1%	
Disponível	4	828	208	298%	
Recebíveis Previdencial		622	645	-4%	
Investimentos	6	28.791	29.811	-3%	
Fundos de Investimentos		28.791	29.811	-3%	
2. Obrigações		456	123	271%	
Operacional		456	123	271%	
3. Fundos não Previdenciais	9	616	642	-4%	
Fundos Administrativos		616	642	-4%	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	9	29.169	29.899	-2%	
Provisões Matemáticas		29.169	29.899	-2%	

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS					R\$ MIL
	Nota	Exercício findo em		Δ%	
		31.12.21	31.12.20		
Provisões Técnicas (1+4)		29.625	30.022	-1%	
1. Provisões Matemáticas	9	29.169	29.899	-2%	
1.1. Benefícios Concedidos		1.704	1.434	19%	
Contribuição Definida		1.704	1.434	19%	
1.2. Benefício a Conceder		27.465	28.465	-4%	
Contribuição Definida		27.465	28.465	-4%	
Saldo de Contas - Parcela Participantes		27.465	28.465	-4%	
4. Exigível Operacional		456	123	271%	
4.1. Gestão Previdencial	7	456	123	271%	

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

Informações Referentes ao Estatuto Social da Entidade, do Regulamento do Plano e Estatístico

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração no Estatuto Social da Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no Regulamento do Plano.

Informações Referentes a Política de Investimentos

PLANO DE PREVIDÊNCIA DOS CARTÓRIOS CARTAPREV

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2021

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

16/12/2020

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Luiz Carlos Weizenmann

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual de Informações

2.1 CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.2 RISCO DE CRÉDITO

O Icatu Fundos de Pensão utilizará as agências classificadoras S&P, Moody's e Fitch para a definição do risco de crédito da carteira de investimentos. Como referência, vale a mais baixa ou a única classificação, não valendo ainda classificações feitas por agências diferentes das mencionadas.

Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, a mesma será considerada automaticamente como de alto risco de crédito e caberá ao gestor a decisão de compra baseado na análise do crédito do ativo e dos limites definidos nesta política para ativos de alto risco de crédito:

2.3 TABELA DE RISCO DE CRÉDITO

CLASSIFICAÇÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Baixo Risco	Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-
Alto Risco	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

A alocação em ativos classificados como baixo risco de crédito, incluindo os títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, conforme critério definido nesta política, será de até o percentual máximo de aplicação no segmento de renda fixa determinado na tabela de macroalocação.

A alocação em ativos de renda fixa classificados como alto risco de crédito, conforme critério definido nesta política, será até 05% dos recursos garantidores do plano de benefícios.

A exposição a ativos classificados como Alto Risco de Crédito será tolerada, dentro dos limites estabelecidos, caso o Plano já tenha exposição anterior a entrada em vigor desta Política, ou no caso de alguma emissão ter sua classificação alterada durante a vigência desta Política.

Os títulos de crédito privado neste segmento devem verificar necessariamente os seguintes limites:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DO VALOR DA EMISSÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	SUBSEGMENTO	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 4.661	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	TOTAL SEGMENTO RF	100%		30%	95%	62%	
	Título Público Pré-fixado		IRF-M	0%	5%	0%	IRF-M
	Título Público Pós-fixado		IMA-S	0%	50%	14%	IMA-S
	Título Público Inflação Curta		IMA-B 5	0%	70%	20%	IMA-B 5
	Título Público Inflação Longa		IMA-B 5+	0%	25%	12%	IMA-B 5+
	Crédito Privado		CDI	0%	40%	16%	CDI + 1%
Renda Variável	TOTAL SEGMENTO RV	70%	IBRX	5%	35%	20%	IBrX
Estruturados	TOTAL SEGMENTO INV. EST.	20%	IHFA	0%	15%	10%	IHFA
Imobiliário	TOTAL SEGMENTO IMOBILIÁRIO	20%	IFIX	0%	10%	3%	IFIX
Exterior	TOTAL SEGMENTO INV. EXT.	10%	US\$	0%	10%	5%	US\$ + 1%

Relatório Resumo das Informações dos Investimentos

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O CartaPrev acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da relação Retorno x Risco tolerado da carteira e a mitigação de riscos inerentes ao processo de gestão de recursos.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos nas carteiras, desde que de acordo com os limites, vedações, definições, regras, restrições e procedimentos descritos pelas legislações vigentes e na Política de Investimentos deste Plano de Benefícios ao qual a carteira é destinada.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Em 31/12/2021 os recursos do Plano de Benefícios estavam aplicados no Fundo Icatu Vanguarda FIC FIM Previdência Associativa, cuja macroalocação está descrita conforme o quadro abaixo (valores em milhares de reais):

VALOR DOS INVESTIMENTOS EM DEZEMBRO/2021(R\$ Mil)	CARTAPrev		PGA		PLANO DE BENEFÍCIOS CARTAPrev	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	19.028	64,82%	366	64,82%	18.662	64,82%
Renda Variável	4.542	15,47%	87	15,47%	4.454	15,47%
Investimentos Estruturados	3.168	10,79%	61	0,00%	3.107	10,79%
Investimentos no Exterior	2.618	8,92%	50	0,00%	2.567	8,92%
Imóveis	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Operações com Participantes	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	29.356	97,08%	565	91,18%	28.791	97,20%
Disponível	883	2,92%	55	8,82%	828	2,80%
Total dos Recursos Garantidores	30.238	100,00%	620	100,00%	29.619	100,00%

VALOR DOS INVESTIMENTOS EM DEZEMBRO/2020 (R\$ Mil)	CARTAPrev		PGA		PLANO DE BENEFÍCIOS CARTAPrev	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	21.762	71,64%	407	71,64%	21.355	71,64%
Renda Variável	4.242	13,96%	79	13,96%	4.163	13,96%
Investimentos Estruturados	4.375	14,40%	82	0,00%	4.293	14,40%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imóveis	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Operações com Participantes	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	30.379	99,08%	568	88,62%	29.811	93,00%
Disponível	281	0,92%	73	11,38%	208	0,65%
Total dos Recursos Garantidores	30.660	100,00%	641	100,00%	32.055	93,65%

INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTÃO DO INVESTIMENTO	VALOR (R\$ Mil)	PERCENTUAL DO INVESTIMENTO TOTAL	PERCENTUAL DO INVESTIMENTO POR GESTÃO
Gestão Própria	-	-	-
Gestão Terceirizada	29.356	100,00%	100,00%
Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda.	29.356	100,00%	100,00%
Total Geral	29.356	100,00%	

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PLANO E COM INVESTIMENTOS

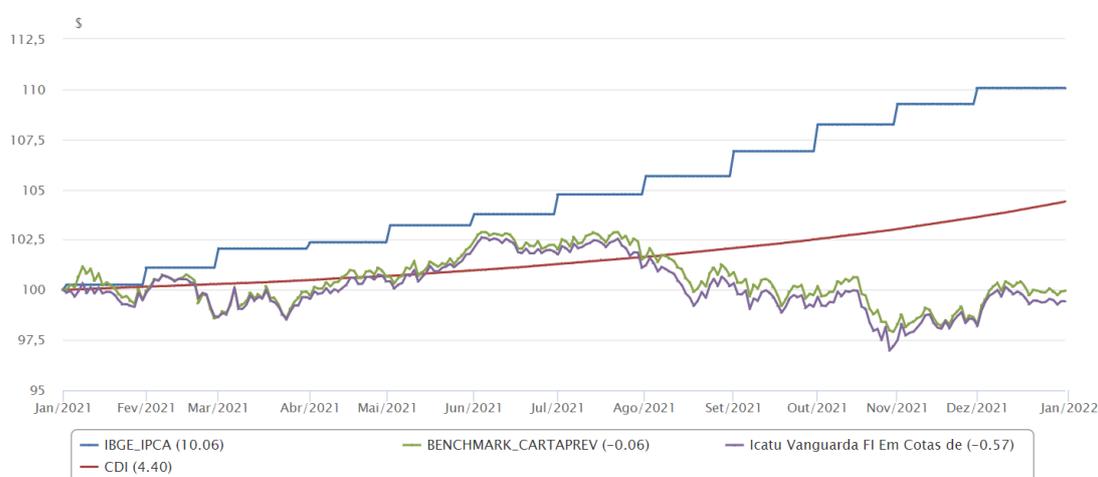
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ Mil)	2021	
	389	100,00%
Despesas Diretas	322	82,75%
Serviço Administrativo	104	26,73%
Treinamentos/Congressos	15	3,85%
Administradora de Planos	120	30,84%
Auditoria Externa	21	5,40%
PIS/COFINS	15	3,85%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	2	0,51%
Despesas de Contas Correntes	21	5,40%
Associações de Classe	9	2,31%
Multa e Juros	1	0,26%
Outras Despesas	14	3,60%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	67	17,25%
Taxa de Administração	52	13,32%
Despesa com Auditoria	3	0,83%
CVM	6	1,45%
ANBID	2	0,42%
Corretagem e Emolumentos	4	0,96%

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO E PGA

Segmento	Benchmark	Icatu Vanguarda FIC FIM PREV Associativa		
		Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Renda Fixa	22,58% (IMA-S) + 32,26% (IMA-B 5) + 19,35% (IMA-B 5+) + 25,81% (CDI + 1%)	1,51%	1,35%	2,36%
Renda Variável	100% (IBRX)	-13,20%	-13,22%	-11,18%
Investimentos Estruturados	100% (IHFA)	5,25%	5,22%	2,04%
Investimentos no Exterior	100% (US\$ + 1%)	8,96%	8,93%	7,39%
Imóveis	100% (IFIX)	-	-	-2,30%
Operações com Participantes	-	-	-	-
Total dos Investimentos	14% (IMA-S) + 20% (IMAB 5) + 12% (IMA-B 5+) + 16% (CDI + 1%) + 20% (IBRX) + 10% (IHFA) + 3% (IFIX) + 5% (US\$ + 1%)	-0,34%	-0,57%	-0,06%

RENTABILIDADE ACUMULADA DEZ/20 A DEZ/21

Período de análise: 31/12/2020 a 31/12/2021



RESUMO DO DESEMPENHO

Diante do cenário observado em 2021, os ativos de risco apresentaram elevada volatilidade, em virtude da variante Delta do Corona Vírus, risco fiscal e ruídos políticos no País, com destaque para a rentabilidade negativa do segmento de renda variável. Na renda fixa, o CDI apresentou menor patamar de rentabilidade, tendo em vista o menor nível da taxa SELIC.

Situação Atuarial do Plano

O Plano de Previdência dos Cartórios – Plano CartaPrev é um plano de Contribuição Definida, avaliado em função do regime financeiro de Capitalização e do Método de Capitalização Financeira Individual.

Em relação à situação financeira, atuarial e patrimonial, este Plano encontra-se financeiramente equilibrado em 31/12/2021.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida – CD em que os saldos contábeis são nulos nas contas "Benefício Definido", tanto do grupo de contas das provisões matemáticas na fase de capitalização, como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, justificando assim o Equilíbrio Técnico.

Glossário

Balanço Patrimonial: Demonstrativo que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da EFPC em determinada data.

Conselho Deliberativo: Responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios.

Conselho Fiscal: Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria-Executiva.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutações do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações.

Diretoria Executiva: Responsável pela administração da EFPC e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes. São regidos por um regulamento e têm na assembleia geral dos cotistas o seu mecanismo básico de decisões.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Política de Investimentos: Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do Plano de Benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos Recursos Garantidores do Plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

CartaPrev

O futuro que você escolhe.

Fale conosco:

4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais Localidades

cartaprev.org.br

SAC

0800 286 0116

Segunda a sexta: das 8h às 20h
(Exceto em feriados nacionais)

